

## RESOLUÇÃO Nº 06/2025

**Inserir ao Documento do Território Municipal de Santa Cruz do Sul-RS a BNCC Computação (DTM-Computação), em conformidade com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), aprova o documento e dá outras providências.**

### INTRODUÇÃO:

O Conselho Municipal de Educação de Santa Cruz do Sul – CME/SCS, no exercício de suas atribuições legais previstas na Lei Municipal nº 8.411, de 07 de abril de 2020, cumpre sua função normativa, consultiva, deliberativa, fiscalizadora, propositiva, de acompanhamento e de controle social no âmbito do Sistema Municipal de Educação (SME) e possui a competência para estabelecer normas complementares às do Conselho Nacional de Educação (CNE), bem como para inserir ao Documento do Território Municipal de Santa Cruz do Sul-RS a BNCC Computação (DTM-Computação), em conformidade com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), aprovar o referido documento e adotar as demais providências necessárias.

### CONSIDERANDO:

- a) A [Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional](#) (Lei nº 9.394/1996);
- b) A Base Nacional Comum Curricular (BNCC), aprovada pela [Resolução CNE/CP nº 2/2017](#);

Resolução CME/SCS nº 06, de 01 de dezembro de 2025  
Aprovada, por unanimidade, em Plenária, no dia 04 de dezembro de 2025

- c) A [Resolução CNE/CEB nº 1, de 4 de outubro de 2022](#), que estabelece normas sobre Computação na Educação Básica como complemento à BNCC;
- d) O [Parecer CNE/CEB nº 4/2025](#), sobre diretrizes nacionais para o uso de dispositivos digitais e a integração curricular da educação digital e midiática;
- e) A [Resolução CNE/CEB nº 2, de 21 de março de 2025](#), que institui as Diretrizes Operacionais Nacionais sobre o uso de dispositivos digitais em espaços escolares e a integração curricular de educação digital e midiática;
- f) A [Resolução CME/SCS 04, de 29 de outubro de 2019](#), que orienta a implantação da Base Nacional Comum Curricular - BNCC, do Referencial Curricular Gaúcho - RCG, e institui o Documento do Território Municipal de Santa Cruz do Sul como obrigatórios ao longo das etapas e respectivas modalidades da Educação Básica no município;
- g) A [Resolução CME/SCS nº 01, de 30 de abril de 2019](#), que orienta e estabelece normas, através dos roteiros, para a elaboração e/ou revisão do Projeto Político-Pedagógico dos Estabelecimentos Educacionais do Sistema Municipal de Educação de Santa Cruz do Sul e seus anexos;
- h) A [Resolução CME/SCS nº 06, de 31 de outubro de 2024](#), que estabelece normas, orientações e roteiros (anexos) para elaboração dos Regimentos Escolares das mantenedoras pertencentes ao Sistema Municipal de Educação de Santa Cruz do Sul/RS, revoga a Resolução 02/2019/CME/SCS e dá outras providências;
- i) A [Resolução CME/SCS nº 01, de 03 de julho de 2025](#), que institui as Diretrizes Operacionais Municipais sobre o uso de aparelhos eletrônicos portáteis pessoais em espaços escolares no âmbito do Sistema Municipal de Educação de Santa Cruz do Sul;
- j) A [Lei nº 15.211/2025](#), que dispõe sobre a proteção de crianças e adolescentes em ambientes digitais (Estatuto Digital da Criança e do Adolescente);

Resolução CME/SCS nº 06, de 01 de dezembro de 2025  
Aprovada, por unanimidade, em Plenária, no dia 04 de dezembro de 2025

- k) A necessidade de atualizar o Documento do Território Municipal de Santa Cruz do Sul (DTM-SCS) e inserir ao mesmo a BNCC Computação (DTM-Computação), garantindo a inclusão da área de Computação no currículo da Educação Infantil e do Ensino Fundamental e suas respectivas modalidades;
- l) A importância de orientar as escolas pertencentes ao Território Municipal de Santa Cruz do Sul-RS quanto à implementação da Computação como componente curricular específico ou como eixo transversal, conforme legislação;
- m) A condicionalidade do FUNDEB em relação à Computação;
- n) O trabalho que foi realizado pelo GT BNCC Computação, instituído pela Portaria Municipal nº 39.296 de 08/10/2025.

**RESOLVE:**

**TÍTULO I**  
**DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**  
**Do Documento do Território Municipal de Santa Cruz do Sul-RS**

**Art. 1º** Inserir ao Documento do Território Municipal de Santa Cruz do Sul-RS (DTM-SCS) a BNCC Computação (DTM-Computação), em conformidade com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), aprovar o documento e dar outras providências.

**§1º** O Documento do Território Municipal fundamenta-se na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) incorporando, entre suas áreas, a BNCC Computação (DTM-Computação), que estabelece as diretrizes para o desenvolvimento das competências e habilidades da área de Computação;

Resolução CME/SCS nº 06, de 01 de dezembro de 2025  
Aprovada, por unanimidade, em Plenária, no dia 04 de dezembro de 2025

§2º O DTM-Computação define o conjunto de objetos do conhecimento e habilidades relacionadas ao Pensamento Computacional, Mundo Digital e à Cultura Digital, uso ético e criativo das tecnologias digitais, assegurando a progressão e a continuidade dessas aprendizagens ao longo da Educação Infantil e do Ensino Fundamental;

§3º Esta Resolução complementa a Resolução CME nº 04/2019, que instituiu a implementação da BNCC no município de Santa Cruz do Sul-RS, inserindo o DTM-Computação de acordo com a BNCC Computação e suas diretrizes;

§4º Entende-se por território municipal o espaço geograficamente demarcado pelos limites intermunicipais que circunda o município de Santa Cruz do Sul-RS.

## **CAPÍTULO I**

### **Da BNCC Computação**

**Art. 2º** O ensino da Computação deve contemplar os seguintes eixos estruturantes da BNCC Computação:

**I - Pensamento Computacional:** habilidade de compreender, analisar, definir, modelar, resolver, comparar e automatizar problemas e suas soluções de forma metódica e sistemática, através do desenvolvimento da capacidade de criar e adaptar algoritmos, aplicando fundamentos da computação para alavancar e aprimorar a aprendizagem, o pensamento criativo e crítico nas diversas áreas do conhecimento;

**II - Mundo Digital:** envolve aprendizagens sobre artefatos digitais, compreendendo tanto elementos físicos (computadores, celulares, tablets) e virtuais (internet, redes sociais e nuvens de dados);

**III - Cultura Digital:** envolve aprendizagens voltadas à participação consciente e democrática por meio das tecnologias digitais, o que pressupõe compreensão dos impactos da revolução digital e seus avanços na sociedade contemporânea, bem

Resolução CME/SCS nº 06, de 01 de dezembro de 2025  
Aprovada, por unanimidade, em Plenária, no dia 04 de dezembro de 2025

como a construção de atitude crítica, ética e responsável em relação à multiplicidade de ofertas midiáticas e digitais, e os diferentes usos das tecnologias e dos conteúdos veiculados; assim como fluência no uso da tecnologia digital para proposição de soluções e manifestações culturais contextualizadas e críticas.

**Parágrafo Único.** A Computação é componente essencial para a formação integral dos estudantes, promovendo o desenvolvimento do pensamento crítico, da criatividade e da autonomia no uso das tecnologias digitais, não se restringindo apenas ao uso de telas, mas abrangendo a compreensão dos processos computacionais, a resolução de problemas, o desenvolvimento do pensamento lógico e a reflexão ética sobre o impacto das tecnologias na sociedade.

## TÍTULO II

### DO PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO E DO REGIMENTO ESCOLAR

#### CAPÍTULO I

#### Do Projeto Político-Pedagógico

**Art. 3º** O DTM-Computação constitui parte integrante e obrigatória do currículo municipal, devendo orientar as mantenedoras para a (re)elaboração dos Projetos Político-Pedagógicos (PPPs) das Instituições de Ensino, públicas e privadas, que integram o Sistema Municipal de Educação de Santa Cruz do Sul-RS.

**Art. 4º** Os Projetos Políticos-Pedagógicos das redes de ensino e das instituições escolares, para o desenvolvimento dos currículos das etapas da Educação Infantil e do Ensino Fundamental, em suas respectivas modalidades, devem ser (re)elaborados com a efetiva e ampla participação da comunidade escolar, nos termos dos artigos 12 e 13 da LDB.

**Parágrafo Único.** O Projeto Político-Pedagógico é a identidade de cada instituição escolar e é um documento fundamental que orienta a organização, o

Resolução CME/SCS nº 06, de 01 de dezembro de 2025  
Aprovada, por unanimidade, em Plenária, no dia 04 de dezembro de 2025



planejamento e a prática pedagógica das Instituições de Ensino, devendo ser aprovado pela mantenedora.

## CAPÍTULO II

### Do Regimento Escolar

**Art. 5º** O Regimento Escolar, em consonância com o Projeto Político-Pedagógico e com o Documento do Território Municipal, deve assegurar a efetiva implementação das diretrizes curriculares, contemplando as normas de organização administrativa, pedagógica e disciplinar da instituição de ensino.

**Art. 6º** O Regimento Escolar das Instituições de Ensino que integram o Sistema Municipal de Educação de Santa Cruz do Sul (SME-SCS) deve estar em conformidade com as orientações, deliberações e normativas emanadas do Conselho Municipal de Educação (CME), órgão responsável pela sua aprovação, garantindo a unidade de princípios, a coerência pedagógica e o cumprimento das diretrizes legais.

**Parágrafo Único.** O Regimento Escolar e o Projeto Político-Pedagógico, embora constituam documentos distintos em sua natureza e finalidade, devem manter plena articulação e coerência entre si, de modo que o Regimento assegure as condições normativas, organizacionais e pedagógicas necessárias à efetivação dos princípios, diretrizes e metas estabelecidos no Projeto Político-Pedagógico da instituição.

## CAPÍTULO III

### Do Currículo

Resolução CME/SCS nº 06, de 01 de dezembro de 2025  
Aprovada, por unanimidade, em Plenária, no dia 04 de dezembro de 2025





**Art. 7º** O currículo das Instituições de Ensino que integram o Sistema Municipal de Educação de Santa Cruz do Sul (SME-SCS) deve assegurar a integração da Computação, conforme as diretrizes da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e o Documento do Território Municipal - BNCC Computação (DTM-Computação), garantindo a formação integral das crianças e dos estudantes e a articulação entre as diferentes áreas do conhecimento.

**Art. 8º** A inserção da Computação no currículo deve ocorrer como componente curricular específico ou integrado, de maneira transversal, às áreas do conhecimento, levando em consideração as especificidades das etapas da Educação Infantil e do Ensino Fundamental e suas respectivas modalidades.

**§1º** Na Educação Infantil e no Bloco Inicial de Alfabetização (1º ao 3º ano) a Computação deve ser inserida no currículo de maneira transversal;

**§2º** No 4º e 5º ano do Ensino Fundamental, a Computação deve ser inserida no currículo como componente curricular;

**§3º** Nos anos finais do Ensino Fundamental (6º ao 9º ano), a Computação deve ser inserida no currículo como componente curricular.

**Art. 9º** Para as escolas que possuem a estratégia Educação Integral em Tempo Integral, que amplia a jornada escolar, a Computação deve ser integrada e articulada ao currículo, possibilitando o aprofundamento das competências e habilidades da área, assegurando a continuidade e a progressão das aprendizagens previstas no DTM-Computação.

**Art. 10.** As Instituições de Ensino devem assegurar práticas pedagógicas que favoreçam a alfabetização digital, o uso ético e responsável das tecnologias, a resolução criativa de problemas e o desenvolvimento da autonomia intelectual e social dos estudantes.

Resolução CME/SCS nº 06, de 01 de dezembro de 2025  
Aprovada, por unanimidade, em Plenária, no dia 04 de dezembro de 2025



### **TÍTULO III**

#### **Das Etapas**

#### **CAPÍTULO I**

##### **Da Educação Infantil**

**Art. 11.** Na Educação Infantil, primeira etapa da Educação Básica, o uso de telas e dispositivos digitais pelas crianças, de forma individual ou coletiva, para visualização ou interação, mesmo que para fins pedagógicos, não é recomendado, devendo ocorrer apenas em situações excepcionais.

**Parágrafo Único.** A Computação na Educação Infantil não significa ensinar programação ou usar telas, mas introduzir, de forma lúdica e significativa, as bases do pensamento computacional, a compreensão do mundo digital e a curiosidade investigativa das crianças, respeitando sempre o ritmo, o brincar e o desenvolvimento infantil.

#### **CAPÍTULO II**

##### **Do Ensino Fundamental**

**Art. 12.** No Ensino Fundamental, a Computação deve ser desenvolvida de forma progressiva e articulada às demais áreas do conhecimento, respeitando as especificidades de cada etapa e garantindo o desenvolvimento das competências e habilidades previstas no Documento do Território Municipal, BNCC Computação (DTM-Computação).

**I - Bloco de Alfabetização (1º ao 3º ano):** a Computação deve estar integrada às práticas de alfabetização e letramento, favorecendo a construção do raciocínio lógico, da curiosidade investigativa e da capacidade de resolução de problemas, de forma lúdica, concreta e significativa.

Resolução CME/SCS nº 06, de 01 de dezembro de 2025  
Aprovada, por unanimidade, em Plenária, no dia 04 de dezembro de 2025



**§1º** As atividades devem priorizar experiências desplugadas, como jogos, brincadeiras, desafios e histórias que explorem a cultura e o mundo digital, assim como, estimulem o pensamento computacional, a criatividade, a cooperação e a expressão, sem foco no uso de telas ou dispositivos digitais.

**§2º** A abordagem deve respeitar o ritmo e o processo de desenvolvimento infantil, valorizando o brincar, a imaginação e as descobertas como caminhos para o aprendizado dos fundamentos da Computação.

**II - 4º e 5º anos:** nessa etapa, a Computação deve consolidar e ampliar as noções desenvolvidas no Bloco de Alfabetização, considerando os três eixos conforme Art. 2º, promovendo o raciocínio lógico, a organização de informações, a resolução sistemática de problemas e a introdução gradual de conceitos e linguagens computacionais.

**§1º** As atividades podem incluir o uso pedagógico orientado de tecnologias digitais, como recursos de criação, simulação e desenvolvimento de projetos, sempre com intencionalidade educativa e foco nos eixos da BNCC Computação;

**§2º** A Computação deve ser trabalhada como instrumento de autoria e investigação, incentivando os estudantes a explorar, criar e compreender como a área funciona e impacta o cotidiano;

**§3º** O trabalho pedagógico deve valorizar a interdisciplinaridade, articulando a Computação com as demais áreas do conhecimento e fortalecendo as competências gerais da BNCC, especialmente o pensamento científico, crítico, criativo e o uso responsável das tecnologias digitais.

**III - 6º ao 9º ano:** nesta etapa, a Computação deve consolidar e aprofundar os conhecimentos, competências e habilidades desenvolvidos nas etapas anteriores, promovendo o pensamento computacional, a cultura digital e o mundo digital.

**§1º** A abordagem dos objetos de conhecimento da área pode incluir atividades plugadas e desplugadas, contemplando o uso pedagógico de linguagens

de programação, simulações, prototipagem, robótica educacional e outras práticas que estimulem a autoria, a criatividade e a colaboração;

**§2º** As aprendizagens devem possibilitar aos estudantes compreender o funcionamento dos sistemas computacionais e das redes digitais, estimulando a análise crítica sobre privacidade, segurança, ética e cidadania digital;

**§3º** A Computação, nessa etapa, deve contribuir para a formação integral dos estudantes, preparando-os para o uso consciente e responsável das tecnologias, para a continuidade dos estudos e para a participação ativa, crítica e transformadora na sociedade contemporânea.

### **CAPÍTULO III**

#### **Das Modalidades**

#### **SEÇÃO I**

#### **DA EDUCAÇÃO ESPECIAL**

**Art. 13.** Na Educação Especial, a Computação deve ser mediada por práticas pedagógicas inclusivas, que assegurem o acesso, a participação e a aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação.

**§1º** As ações devem contemplar a adaptação de recursos, tecnologias assistivas e estratégias que promovam o desenvolvimento do pensamento computacional, da cultura e do mundo digital, respeitando as necessidades específicas de cada estudante;

**§2º** O currículo deve garantir o acesso à Computação como direito, favorecendo o protagonismo dos estudantes e a superação das barreiras comunicacionais, cognitivas, físicas e sociais, em consonância com o Plano de Educação Inclusiva da instituição ou mantenedora.

Resolução CME/SCS nº 06, de 01 de dezembro de 2025  
Aprovada, por unanimidade, em Plenária, no dia 04 de dezembro de 2025

## SEÇÃO II

### DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA)

**Art. 14.** Na Educação de Jovens e Adultos (EJA), a Computação deve ser adaptada às especificidades, interesses e trajetórias de vida dos estudantes, promovendo aprendizagens significativas que dialoguem com suas necessidades pessoais, sociais e profissionais.

**§1º** A abordagem pedagógica deve valorizar o desenvolvimento do pensamento computacional, da cultura e do mundo digital para a inclusão social, o exercício da cidadania e a inserção no mundo do trabalho;

**§2º** O currículo deve contemplar atividades práticas e contextualizadas, com foco no desenvolvimento da autonomia digital, na resolução de problemas do cotidiano e na capacidade de acessar, produzir e compartilhar informações de forma ética e segura;

**§3º** Os recursos tecnológicos e metodologias devem respeitar o ritmo e as experiências dos estudantes, possibilitando o acesso e a participação, com acompanhamento pedagógico que favoreça o sucesso escolar e a formação.

## SEÇÃO III

### DA EDUCAÇÃO DO CAMPO

**Art. 15.** Na Educação do Campo, a Computação deve ser implementada de forma contextualizada, valorizando as práticas culturais do campo, sociais e produtivas das comunidades rurais, promovendo a inclusão digital e a autonomia dos estudantes.

Resolução CME/SCS nº 06, de 01 de dezembro de 2025  
Aprovada, por unanimidade, em Plenária, no dia 04 de dezembro de 2025

**Parágrafo Único.** O currículo deve garantir a participação ativa dos estudantes da Educação do Campo em práticas pedagógicas que devem integrar saberes locais e conhecimentos computacionais, estimulando o pensamento computacional para a resolução de problemas cotidianos da comunidade, a compreensão do mundo digital e o uso seguro e ético das tecnologias digitais, o desenvolvimento sustentável e a valorização da cultura local.

## **TÍTULO IV**

### **DA FORMAÇÃO CONTINUADA**

#### **CAPÍTULO I**

##### **Das Mantenedoras**

**Art. 16.** As mantenedoras das Instituições de Ensino públicas e privadas do Sistema Municipal de Educação de Santa Cruz do Sul-RS devem garantir a oferta de formação para os profissionais da educação, com ênfase na implementação da BNCC Computação (DTM-Computação).

**Parágrafo Único.** As mantenedoras devem fomentar espaços colaborativos para a troca de experiências, estudos e desenvolvimento de práticas inovadoras que contribuam para a melhoria da qualidade do ensino da Computação no território municipal.

#### **CAPÍTULO II**

##### **Das Instituições Escolares**

**Art. 17.** As instituições escolares, públicas e privadas, integrantes do Sistema Municipal de Educação de Santa Cruz do Sul-RS, devem promover e incentivar a



participação de seus professores em programas de formação continuada voltados à BNCC Computação (DTM-Computação), assegurando a qualificação necessária.

**§1º** A formação continuada deve ser planejada e realizada de forma sistemática, contemplando as especificidades de cada etapa e modalidade de ensino, e alinhada às diretrizes estabelecidas no Documento do Território Municipal e nas normativas do Conselho Municipal de Educação;

**§2º** As instituições escolares devem disponibilizar tempo, recursos e condições adequadas para que os professores participem das ações formativas;

**§3º** É responsabilidade das instituições escolares monitorar e avaliar os resultados das formações continuadas, promovendo ajustes e melhorias que garantam a qualidade do ensino da Computação e a efetiva integração ao currículo.

### **CAPÍTULO III**

#### **Dos Profissionais da Educação**

**Art. 18.** Os Profissionais da Educação das Instituições de Ensino públicas e privadas do Sistema Municipal de Educação de Santa Cruz do Sul têm o dever de participar ativamente dos programas de formação continuada relacionados à BNCC Computação (DTM-Computação), buscando aprimorar seus conhecimentos e práticas pedagógicas.

**§1º** Para o trabalho da Computação como tema transversal, sempre que possível, pode ser adotada a docência compartilhada, em que um(a) professor(a) licenciado(a) em Computação apoie o(a) um dos professor(a) regente;

**§2º** Para a regência da classe no Componente Curricular Computação, a formação mínima exigida é Licenciatura em Computação e/ou Informática.

### **TÍTULO V**

Resolução CME/SCS nº 06, de 01 de dezembro de 2025  
Aprovada, por unanimidade, em Plenária, no dia 04 de dezembro de 2025





## DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

**Art. 19.** As mantenedoras devem revisar e atualizar, no prazo de um ano, a partir da publicação desta Resolução, os documentos escolares e implantar o currículo da BNCC Computação, de acordo com o Documento do Território Municipal de Santa Cruz do Sul-RS e essa Resolução.

**Parágrafo Único.** A Secretaria Municipal de Educação, durante o período de transitoriedade, nas escolas da zona rural do município, a BNCC Computação (DTM-Computação) pode ser organizada de maneira transversal no 4º e no 5º ano do Ensino Fundamental.

## TÍTULO VI DISPOSIÇÕES FINAIS

**Art. 20.** Os casos omissos e as situações não previstas nesta Resolução são analisados e deliberados pelo Conselho Municipal de Educação de Santa Cruz do Sul (CME/SCS), em conformidade com a Legislação.

**Art. 21.** Cabe às mantenedoras, revisar seus planos de carreira e demais documentos, quando necessário para adequação da Legislação

**Art. 22.** O anexo (Documento do Território Municipal de Santa Cruz do Sul Computação, DTM-SCS-Computação) faz parte desta Resolução.

**Art. 23.** O Conselho Municipal de Educação (CME/SCS) é responsável pelo monitoramento da implantação e implementação do Documento do Território Municipal de Santa Cruz do Sul - Computação (DTM-Computação) no Sistema Municipal de Educação.

Resolução CME/SCS nº 06, de 01 de dezembro de 2025  
Aprovada, por unanimidade, em Plenária, no dia 04 de dezembro de 2025





**Parágrafo Único.** É de responsabilidade de cada mantenedora encaminhar, no final do ano de 2026, um relatório referente a essa Resolução, de acordo com as orientações do CME.

**Art. 24.** Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação e as mantenedoras têm o ano de 2026 para adequação.

Santa Cruz do Sul, 01 de dezembro de 2025.

**Comissão Legislação e Normas**

Carmen Lúcia de Lima Helfer - Coordenadora

Ana Carolina Lau

Anderson Roberto dos Santos

Graziela Maria Lazzari

Samantha Belzareno dos Santos Rosa

**Assessoria Técnica**

Carla Cristiane Mergen

**Agente Administrativa**

Denise Biscaglia Ferreira

Resolução CME/SCS nº 06, de 01 de dezembro de 2025  
Aprovada, por unanimidade, em Plenária, no dia 04 de dezembro de 2025





## **Grupo de Trabalho - GT BNCC Computação**

**Portaria Municipal nº 39.296 de 08/10/2025:**

### **I - Coordenação de formação e gestão tecnológica - Secretaria Municipal de Educação:**

- a) Bruna Thais Silva Queiroz
- b) Patrícia Gomes Bartz Bellé

### **II – Equipe pedagógica – Secretaria Municipal de Educação:**

- a) Cleber Meotti
- b) Eliana Drost Beise

### **III – Conselho Municipal de Educação – CME:**

- a) Carla Cristiane Mergen

### **IV - Equipe de gestores – Secretaria Municipal de Educação:**

- a) Eliana Inês Frantz
- b) Geórgia Pinheiro Sá Silva
- c) Muriel Homrich Rauber

### **V – Equipe de professores de informática dos Anos Finais – Secretaria Municipal de Educação:**

- a) Joselaine Frantz
- b) Carine Beatriz Sins Tomazi
- c) Maurice Guterres Brandão
- d) Jonathan Felipe Keller
- e) Samanta Ghisleni Marques

### **VI - Equipe de professores de Educação Infantil e Anos Iniciais – Secretaria Municipal de Educação:**

- a) Julia Porsch Timm Radtke
- b) Fernanda Luiza Simon
- c) Beatriz Behling Borges

Resolução CME/SCS nº 06, de 01 de dezembro de 2025  
Aprovada, por unanimidade, em Plenária, no dia 04 de dezembro de 2025







## **VII - Equipe de professores de Informática da rede particular de ensino**

- a) Sheila Geraldo Struecker - Escola de Educação Básica Educar-se
- b) Fabricio Noronha - Colégio Marista São Luís

## **VIII - Equipe de Representantes da 6ª CRE**

- a) Lenir Maria Rossarola
- b) Leonardo Francisco Andrade de Souza

Maria Cristina Sandim Conrad  
Presidenta do CME

Resolução CME/SCS nº 06, de 01 de dezembro de 2025  
Aprovada, por unanimidade, em Plenária, no dia 04 de dezembro de 2025

